

A DIALÉTICA DA MODERNIDADE*

Helton Ricardo OURIQUES**

Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.
(Marx e Engels, em O Manifesto Comunista)

Resumo: Este famoso trecho do Manifesto Comunista, escrito há pouco mais de 150 anos, expressa a peculiaridade dialética da modernidade, que queremos ressaltar neste texto. Não é à toa que é considerado o primeiro e mais importante documento político dos tempos modernos. Neste texto, discutiremos o que é o ser e estar moderno? O que significa a modernidade? É sobre essas questões que nos dedicaremos a seguir, enfocando a relação entre modernidade e capitalismo. Neste sentido, dividiremos o texto em três seções. Na primeira, discutiremos a questão do início da modernidade. Na segunda, tentaremos responder o que ela significa. Finalmente, na terceira seção, abordaremos a modernidade em uma perspectiva marxista, tentando captar seu significado dialético.

Palavras-chave: Modernidade; Transformação; Capitalismo; Marx.

Resumen: Este famoso trecho del Manifiesto Comunista, escrito hace poco más de ciento cincuenta años, expresa la peculiaridad dialéctica de la modernidad, que queremos resaltar en este texto. No en vano es considerado el primer y más importante documento político de los tiempos modernos. Pero, ¿qué es el ser o estar moderno? ¿Qué es lo que significa la modernidad?. Sobre estas cuestiones nos detendremos a continuación, enfocando la relación entre modernidad y capitalismo. En este sentido, dividimos el texto en tres partes. En la primera, abordaremos cuestiones referentes al inicio de la modernidad. En la segunda, intentaremos responder, lo que esta significa. Finalmente, en la tercera parte, abordaremos la modernidad en una perspectiva marxista, intentando captar su significado dialéctico.

Palabras llave: Modernidad; Transformación; Capitalismo; Marx.

* Este texto é parte da avaliação da disciplina Metodologia Científica em Geografia, ministrada pelo Professor Helton Ricardo Ouriques.

** Membro do Curso de Doutorado em Geografia da Unesp – Presidente Prudente, SP. Professor do Departamento de Geografia da UFSC. Correio eletrônico: heltonricardo@ig.com.br

1 QUANDO COMEÇA A MODERNIDADE?

Com relação à datação da modernidade, não há uma homogeneidade na perspectiva científica existente sobre sua periodização, e muitos dos autores sequer aprofundam a discussão sobre isso, ou não são suficientemente claros a respeito. Na introdução de seu livro, Berman (1998), afirma que o turbilhão da modernidade vem envolvendo um número crescente de pessoas há quinhentos anos. A história da modernidade, diz ele, pode ser claramente separada em três períodos: a) entre o início do Século XVI e o final do Século XVIII, “as pessoas estão começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu” (p. 16); b) o segundo período começa com a onda revolucionária de 1789 e abarca todo o Século XIX. Neste período, as pessoas “ainda se lembram do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro” (p. 16); c) o terceiro período corresponde ao Século XX, quando “o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo”. O que soa curioso é que Berman concentrará sua leitura da modernidade na apresentação das obras de Goethe, Baudelaire, Marx e Dostoievski, autores do Século XIX. Excluindo-se a referência nas páginas iniciais a Rousseau, que cunha o termo modernismo, o assunto do primeiro período sequer será mencionado ao longo de seu livro.

Em sua aprofundada análise da modernidade (embora em muitos momentos equivocada)¹, Touraine (1995) detalha suas origens no período iluminista (Séculos XVIII e XIX), mas afirma, ao final de sua obra, na única referência explícita à periodização da modernidade, que os Séculos XIX e XX são caracterizados como o “período da modernidade limitada”.

Santos (1995) diz que o projeto social e cultural da modernidade foi se constituindo entre os Séculos XVI e XVIII e “só a partir daí se inicia verdadeiramente o teste de seu cumprimento histórico e esse momento coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa que integraram a primeira onda de industrialização” (p. 78-9).

Uma outra e inusitada interpretação deve-se à Dussel (2000). Para este, existem dois paradigmas da modernidade. O primeiro a vê como fenômeno exclusivamente europeu “que se desenvolve desde a Idade Média e se difunde posteriormente em todo o mundo” (p. 51). O segundo paradigma, postulado pelo autor, vê a modernidade como um fenômeno que vai se mundializando e se inicia em 1492 “pela constituição simultânea da Espanha com referência à sua periferia: a América” (p. 52). Dussel se inspira na idéia do “sistema-mundo” de Immanuel Wallerstein e propõe datar a modernidade no início da conquista e colonização espanhola².

De nossa parte, e concordando com Santos (1995), a modernidade é um fenômeno que se inicia no “longo Século XIX” (1789 – 1914) e persiste até nossos dias, tendo como marcos iniciais a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que forneceram as bases respectivas econômica e política para o advento do capitalismo.

Essa também é a abordagem utilizada por Ribeiro (1998) que, embora não utilize diretamente o termo modernidade, chama o período iniciado com a revolução industrial de “novo processo civilizatório”, caracterizando-o como “...um sistema econômico efetivamente

¹ Embora tenha estudado a fundo a temática da modernidade, Touraine, se equivoca em vários momentos. Por exemplo, suas críticas a Marx, de que este não levou em conta o “sujeito” não merecem crédito para os que já leram os escritos da juventude deste autor. A análise crítica sobre a Escola de Frankfurt também não parece muito convincente. Além disso, Touraine afirma várias vezes que não confia na história e que “a luta de classes é um assunto do passado”, em prol de uma nova proposta, “que una razão e sujeito”.

² Por que não a portuguesa? A explicação de Dussel, de que com os portugueses ainda estávamos na “ante-sala da modernidade é, para nós, insatisfatória. Afinal de contas, todos sabemos que os portugueses foram os primeiros a “aventura do descobrimento”. Mesmo com relação ao novo mundo, as duas tipologias de conquista e colonização foram praticamente simultâneas. Na perspectiva da “longa duração”, que o autor parece adotar, os oito anos que separam espanhóis e portugueses (1492 e 1500) são irrelevantes.

universal, com extraordinário poder de atualização histórica, que progressivamente atingiria todos os povos da Terra, envolvendo cada nação e até mesmo cada indivíduo em suas formas compulsórias de integração” (p. 191). Também é digno de menção o fato de que ele utiliza o termo “modernização reflexa” para designar as mudanças adaptativas que ocorrem em uma sociedade que se atualiza historicamente, isto é, que se modifica sob a influência sociologicamente superior de uma outra sociedade³.

QUE SIGNIFICA A MODERNIDADE?

Walter Benjamin, em seus belíssimos ensaios sobre Baudelaire, assinala toda a força e poder do escritor que, na Paris do século XIX, captou de forma poética o sentido dialético da modernidade: “não importa o partido a que se pertença – escreve Baudelaire em 1851 – é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaiade, pelo mercúrio e pelos venenos usados na fabricação de obras-primas...” (Benjamin, 1997a, p.73).

O mesmo Benjamin, em outro momento, insiste na pobre condição humana gerada pela generalização da economia baseada no dinheiro (valor de troca):

Todas as relações humanas mais próximas são atingidas por uma claridade penetrante, quase insuportável, na qual mal conseguem resistir: Pois, uma vez que, por um lado, o dinheiro está, de modo devastador, no centro de todos os interesses vitais e, por outro, é exatamente este o limite diante do qual toda relação humana fracassa, então desaparece, cada vez mais assim no plano natural como no ético, a confiança refletida, o repouso e a saúde (Benjamin, 1997b, p. 21).

Lefebvre (1969), pensador de múltiplas faces, assinalou o caráter dialético da modernidade⁴, caracterizado pela *socialização da sociedade* e pela angústia do indivíduo: “o mundo, o verdadeiramente moderno, não seria a contradição entre a solidão individual e a reunião em multidões ou de massas nas cidades gigantes, nas empresas colossais, nos escritórios gigantescos, nos exércitos, nos partidos?” (p. 221).

A essência da modernidade, para Lefebvre, é “...a introdução do aleatório em todos os processos da consciência, do conhecimento e da ação” (p. 237). O aleatório sendo entendido como uma unidade dialética entre a necessidade e o acaso, “o acaso exprimindo uma necessidade, e a necessidade exprimindo-se num conjunto de acasos” (p. 236). Perpassa a concepção lefebvreviana o sentido de incerteza e imprevisibilidade, tanto na abordagem macro (por exemplo, os processos sociais) quanto na micro (a esfera da individualidade).

Ele também destaca a promessa de bem – estar do projeto da modernidade provavelmente cumprida para amplos segmentos populacionais nos países mais desenvolvidos), materializada nas melhoras de condições de saúde, educação e trabalho; mas, por outro lado, a violência que nosso tempo produziu violências de amplitude generalizada (genocídios, guerras de

³ H. L. Kuhn, muito antes de Beck e Giddens (1995) utilizarem o conceito de “modernização reflexiva”, Darcy Ribeiro associa a “modernização reflexa” à aceleração histórica, para explicar a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, para ele indissolavelmente ligados pelo mesmo tipo de processo civilizatório (o capitalista). Seu livro, *Introdução à modernidade*, foi escrito entre 1959 e 1961. Aqui, Lefebvre apresenta a importância de Benjamin e Marx para a compreensão da história da idéia de modernidade. Só para variar, Lefebvre estava à frente de seu tempo. A comparação com o livro de Berman, escrito vinte anos depois, é inevitável. O texto de Lefebvre é, portanto, livre de dúvida, teoricamente superior.

destruição, expurgos políticos, grandes deslocamentos de população, etc.). Finalmente, escrevendo sob o impacto do stalinismo e criticando-o, Lefebvre é contundente ao mostrar que a modernidade cria uma nova espécie de alienação: a alienação técnica, traço comum dos modelos societários então vigentes (capitalismo e socialismo).

Berman (1998), embora utilizando outros termos, também enfatiza o caráter contraditório da modernidade, quando a vê, por um lado, como uma aventura, uma experiência de transformação e autotransformação e, por outro lado, como uma ameaça permanente à destruição de tudo o que temos, sabemos e somos. Mas ele vê ainda a modernidade como a unificação planetária: "...a experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, podemos dizer que a modernidade une a espécie humana" (p. 15). Mas até que ponto a afirmação de Berman é correta? A experiência histórica da modernidade vem nos mostrando que as fronteiras por ele elencadas não foram anuladas. Podemos dizer que a lógica do capital é o elemento unificador da espécie humana, que se pauta pelas tendências contrastantes de unificação e divisão. Assim, temos vários tempos e espaços sobrepostos: diferenças de desenvolvimento entre países e continentes e diferenças dentro dos próprios territórios nacionais.

O sentido de insegurança e de ruptura com as tradições é, para Harvey (1993), inerente à idéia de modernidade. Para ele, "a única coisa segura sobre a modernidade é a insegurança" (p. 22). Ele escreve isso depois de comparar as idéias de emancipação humana oriundas do pensamento iluminista com as tragédias do Século XX, quando a humanidade vivenciou, de uma forma ou de outra, o sentido tenebroso da "destruição criativa" promovida pelas guerras mundiais.

Touraine (1995) afirma que a modernidade é a antítese da tradição, pois significa a derrubada de convenções, costume e crenças, "...a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída do estado natural e a entrada na idade da razão" (p. 216). A modernidade promoveu o desencantamento do mundo, pois rompeu com o sagrado que era, ao mesmo tempo, natural e divino. Desta forma, "...ela impôs a separação de um Sujeito descido do céu à terra, humanizado, do mundo dos objetos, manipulados pelas técnicas. Ela substituiu a unidade de um mundo criado pela vontade divina, a Razão ou a História, pela dualidade da racionalização e da subjetivação" (p. 12).

Essa dualidade entre razão e sujeito é, para Touraine, característica da modernidade limitada, porque substituiu a dominação divina pelo que ele denomina "crença" na história e na idéia de classes sociais. Sob o imperativo da racionalidade "...o homem se julgou deus; ele embriagou com o seu poder e se aprisionou em uma jaula de ferro que foi menos a das técnicas que a do poder absoluto, de um despotismo que se queria modernizador e que tornou-se totalitário" (p. 386).

A modernidade, para Giddens (1991), é encarada como um fenômeno dual, pois possui um lado oportuno e um lado sombrio. Para ele, os três fundadores da sociologia (Marx, Durkheim e Weber) deram ênfase ao lado oportuno e esqueceram o lado sombrio da modernidade, que se traduz na devastação ambiental⁵, no totalitarismo político e no poder militar.

Mas o aspecto mais relevante de seu livro diz respeito à idéia de que o advento da modernidade promove a aniquilação do lugar: "em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico; isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles" (p. 27). A influência de relações sociais e a produção estranhas ao lugar é inegável, mas o lugar mantém suas relações internas, mesmo que mediadas pelo exterior⁶.

⁵ Para nós, o teor desta crítica de Giddens é injusto e inadequado. Ora, criticar Marx, Weber e Durkheim porque não se preocuparam com a "questão ecológica" não tem muito sentido. Afinal de contas, este problema não se colocou na época em que viveram. É como criticar Platão por não ter feito a análise do dinheiro em *A República*.

⁶ Para uma crítica aprofundada sobre espaço, tempo e lugar em Giddens, ver Soja (1993), capítulo 6.

espera, portanto, cicatrizar as feridas da modernidade através de uma modernidade plena e profunda” (p. 96).

É preciso ressaltar aqui que Marx, ao mesmo tempo que impressionava com as possibilidades da produção capitalista, mediada pela maquinaria, criticava a miséria dos trabalhadores submetidos ao jugo do capital. A máquina, que poderia libertar os homens do instrumento de sua escravização. A ambivalência da modernidade, já conhecida anteriormente, foi apreendida por ele com a nitidez que lhe era peculiar:

Em nossos dias, cada coisa parece preenhe de seu contrário... Dada a natureza da técnica, cada vitória da técnica é paga com uma perda moral. À medida que o homem torna-se senhor da natureza, ele se torna escravo de forças semelhantes... Todas as nossas invenções e todos os nossos progressos parecem ter outro resultado senão o de dotar de vida e de inteligência as forças materiais e depreciar o homem a uma força material... Nós sabemos que as forças novas da sociedade reclamam dos homens novos que dominem e façam-nas trabalhar. Esses homens novos são os operários, que são o produto dos tempos novos, como as máquinas. (Marx apud Leites, 1969, p. 271)

Mas o que significa o moderno no Manifesto Comunista? Há várias indicações no termo no texto⁷, e todas elas nos levam a deduzir que os autores viam no capitalismo uma poderosíssima, indutora de transformações sociais. A primeira parte do texto é rica em elementos que apontam para a burguesia, que “historicamente teve um papel extremamente revolucionário”, pois impiedosamente com as tradições arcaicas do período feudal, promovendo o desencantamento do mundo e civilizando-o: “a burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (Marx e Engels, 1998, p. 13).

Como sujeito histórico, nos dizem Marx e Engels, a burguesia cria um mundo cheio de possibilidades:

A burguesia, durante o seu domínio de quase cem anos, criou mais forças produtivas mais maciças e mais colossais do que todas as gerações anteriores juntas. Sujeição das forças da natureza pelo homem, descoberta das máquinas, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos, remoção do cultivo de continentes inteiros, canalização de rios, populações inteiras conjuradas fora de suas áreas – que século anterior teve mesmo que fosse o pressentimento de que tais forças produtivas ficariam inativas no caso de labor social? (Marx e Engels, 1998, p. 16)

Domínio das forças da natureza, desenvolvimento das forças produtivas (e, em especial, da força produtiva “ciência”), imensa produção de riqueza genuinamente social, eis o significado inicial da modernidade assinalado pelo Manifesto Comunista. Contudo, esse mundo novo, cheio de possibilidades para o “livre desenvolvimento de cada um”, revela-se incapaz de cumprir a promessa de vida boa para a classe criada pela burguesia: a classe trabalhadora. Por isso o próprio Manifesto Comunista defende a supressão da burguesia como classe dominante, pois esta tinha se tornado incapaz de garantir a existência da classe produtora da riqueza por uma maneira apropriada.

⁷ A palavra aparece 33 vezes no Manifesto Comunista, nas mais variadas expressões: burguesia moderna, Estado moderno, indústria moderna, trabalhadores modernos, etc...

É isso o que Dussel (2000) vê como o limite absoluto da modernidade capitalista: “é a pobreza, a pobreza como limite absoluto do capital. Hoje constatamos como a miséria cresce em todo o planeta. Trata-se da lei da modernidade: esta lei produz uma acumulação de miséria proporcional à acumulação de capital”(p.66).

Cabe comentar aqui que Marx via no trabalho - uma categoria muito simples, comum a todos os modos de produção, dizia ele - o elemento essencial do mundo moderno. O trabalho, atividade realizadora do metabolismo homem - natureza, é uma categoria moderna porque, no dizer de Arendt (2000), ao ser alçado à posição de principal atividade humana, torna capaz a instrumentalização do mundo. Para sermos mais exatos, é o mundo das coisas materiais criadas pelo *homo faber*.

Assim, o fundamento principal da modernidade é a liberdade que o homem adquiriu de trabalhar independentemente de coações geradas pela tradição, que surge quando o trabalho assalariado ganha o estatuto de principal forma de relação social de produção. A produção e reprodução da força de trabalho como mercadoria configura-se, portanto, como base da modernidade capitalista. O trabalho assalariado surge como a relação social nova, moderna, a base dos processos de modernização que se disseminam pelo mundo - isto é, que extrapolam a esfera européia - desde o Século XIX.

Para Echeverría (1995), esta é a forma objetiva do mundo moderno, “...que se encontra determinada pela presença da realidade capitalista, quer dizer, por um conflito permanente entre a dinâmica da forma social - natural da vida social e a dinâmica da reprodução de sua riqueza como valorização do valor” (p. 163). A lógica da acumulação de capital, isto é, a busca incessante pela mais-valia, é vista como o princípio norteador da modernidade. Nesta perspectiva, tudo o que o capital quer e precisa é, por definição, moderno⁸. Assim, as flagrantes diferenças de condições de salário e existência dos trabalhadores pelo mundo não podem ser entendidas como a mera dualidade progressistas - atrasadas, mas como partes de um mesmo todo⁹. Ou seja, a superexploração dos trabalhadores no terceiro mundo, como por exemplo, aquela a que são submetidas as mulheres na Ásia, é um fenômeno genuinamente moderno.

Finalizando, a modernidade pode ser entendida, em uma perspectiva marxista, como a generalização da lógica da mais-valia em âmbito planetário. Em outras palavras, é o movimento histórico e geográfico, mesmo que desigual no tempo e no espaço, de dominação de classe através do trabalho alienado, em sua forma predominantemente assalariada. A modernidade, portanto, é um outro nome para aquilo que se chama comumente de capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000, 352 p.
- BECK, U., GIDDENS, A e LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo, Editora da UNESP, 1995, 264 p.
- BENJAMIM, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense, 1997, 277 p. (Obras Escolhidas II).
- BENJAMIM, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1997, 271 p. (Obras Escolhidas III).
- GERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Cia das Letras, 1998, 360 p.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*. Petrópolis, Vozes, 2000, 671 p.
- EHEVERRÍA, B. *Las ilusiones de la modernidad*. México, Ed. da UNAM, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1991, 177 p.

⁸ Como esta idéia ao amigo Pedro Antônio Vieira, do Departamento de Economia da UFSC.
⁹ Como é assinalado por Harvey (1998) em *La geografia del poder de clase*.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993, 349 p.
- HARVEY, David. La geografia del poder de clase. In: **Viento del Sur**, México, n. 10, 1999, p. 49-72.
- LEFEBVRE, H. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, 443 p.
- MARX, K. & ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, 40 p.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo, Difel, 1988, Vol. I e II.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. São Paulo, Cia das Letras, 1998, 320 p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. São Paulo, Cortez, 1995
- SOJA, E. **Geografias pós – modernas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, 324 p.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1994, 431 p.